

ANC

# Entidades organizam seus "lobbies" na Constituinte

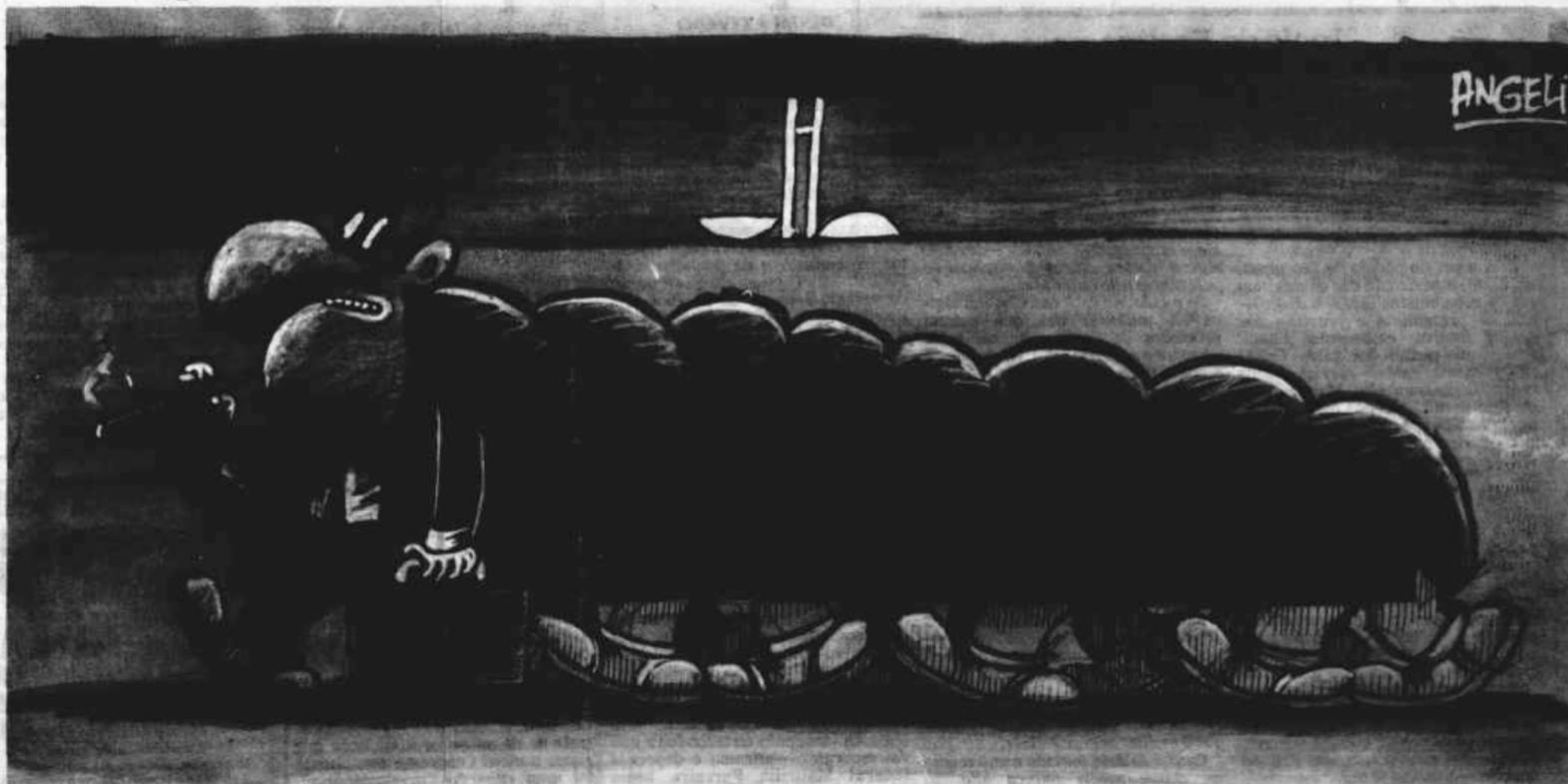
TADEU AFONSO  
Enviado especial a Brasília



A União Democrática Ruralista (UDR) anuncia esta semana, em Brasília, a formação de uma frente parlamentar integrada por pelo menos 49 constituintes, destinada, segundo a entidade, a garantir uma Constituição democrática, a livre iniciativa, o direito de propriedade e uma reforma agrária que comece pelas terras do governo.

A UDR, contudo, não está só. Também nesta semana, uma comissão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sob a presidência do bispo de Bauri (SP), d. Cândido Padin, reúne-se em Brasília. O grupo discutirá como a CNBB vai acompanhar os trabalhos do Congresso constituinte, influir em suas decisões e, mais importante, como informar as mais de cinco mil comunidades de base da igreja no país sobre o comportamento — e os votos — dos parlamentares.

A curiosidade é a seguinte: UDR e CNBB reúnem-se no mesmo dia, a próxima quinta-feira. O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, 36, promove às 11h, no ginásio Presidente Médici, uma concentração de produtores rurais, e garante que esse será o "dia de levante nacional" da agricultura. Segundo ele, os produtores rurais vão exigir também do governo uma política de preços mínimos para a safra deste verão, garantia de juros melhores e de armazenagem da colheita. De quebra, virá o anúncio da formação da frente parlamentar, que está sendo articulada pelos deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Alysson Paulinelli (PFL-MG), ex-ministro da Agricultura do



governo Geisel (1974-79). Os dois, até hoje, negavam qualquer vinculação com a UDR. A CNBB, segundo o padre Virgílio Leite Uchôa, 49, reúne-se preocupada também com a discussão do regimento interno do Congresso constituinte que, segundo ele, deve assegurar a participação popular na elaboração da futura Constituição. Para tanto, a CNBB já dispõe de uma arma poderosa. A entidade encampou o projeto, que vai ser apresentado pelo Plenário Pró-Participação Popular na

Constituinte, segundo o qual os anteprojetos subscritos por mais de trinta mil cidadãos deverão ser examinados pelo Congresso constituinte. O projeto vai ser encaminhado pelo senador Mário Covas (PMDB-SP), 56, o político mais votado nas eleições do ano passado e de toda a História do Brasil. Começa assim a pressão da sociedade brasileira sobre o Congresso constituinte. Na verdade, ela não está só. O Palácio do Planalto já estava em campo antes. A Presidência da Repú-

blica, Saulo Ramos, para quem a Constituinte exclusiva representaria o caos institucional, com a revogação de fato da atual Carta. O governo trava agora segunda batalha em plenário, tentando impedir que o Congresso constituinte declare sua soberania. Isso, segundo a Folha apurou no Planalto, representaria a consolidação da "teoria do salva-me", isto é, o direito de os constituintes irem cortando da Constituição, fatia por fatia, o que considerarem "autoritário". Por exemplo, as medidas de emer-

gência. Segundo o Planalto, a revogação de artigos da Constituição atual só pode ser feita pelo Congresso Nacional, mediante dois terços de votos favoráveis, o que nenhum partido possui. O Planalto não está medindo esforços. Além das pressões de ministros, remeteu para o Congresso constituinte o coordenador da ação parlamentar da Casa Civil, Henrique Hargreaves. Ele não apareceu em seu gabinete durante toda a semana, passando a em reuniões sigilosas na Câmara e Senado.

gência. Segundo o Planalto, a revogação de artigos da Constituição atual só pode ser feita pelo Congresso Nacional, mediante dois terços de votos favoráveis, o que nenhum partido possui. O Planalto não está medindo esforços. Além das pressões de ministros, remeteu para o Congresso constituinte o coordenador da ação parlamentar da Casa Civil, Henrique Hargreaves. Ele não apareceu em seu gabinete durante toda a semana, passando a em reuniões sigilosas na Câmara e Senado.

## UDR diz ter apoio de outros grupos

O presidente nacional da UDR, Ronaldo Caiado, diz que não está só. Na última sexta-feira, em Goiânia (GO), afirmou que a UDR já tem o apoio da Sociedade Rural Brasileira, da Organização das Cooperativas do Brasil, de cafeicultores e da Associação Brasileira dos Hospitais.

Segundo ele, ao lado dessas entidades, a UDR vai lutar pelo direito de propriedade em sua plenitude. Caiado não aceita, assim, o direito de propriedade "desde que atendida a sua função social", como consta, por exemplo, do anteprojeto elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos. "Essa condicionante é a palavra mágica de quem quer destruir o sistema de produção primária, diz Caiado". A UDR está instalando sua sede em Brasília, e Caiado pretende passar dois ou três dias por semana na cidade, acompanhando os trabalhos do Congresso constituinte.

**Passeata**  
A UDR, segundo seu presidente nacional, está disposta a mostrar a sua força. O "dia de levante nacional" não deverá ocorrer só em Brasília, mas em todo o país. Na sexta-feira passada, a entidade só não sabia ainda se promoveria uma passeata de produtores rurais pela cidade. Caiado afirmava que a ideia era levar os produtores rurais até o Palácio do Planalto para "exigir uma política agrícola". No caminho, passariam pelo Congresso Nacional: "Vamos em tratores e caminhões



Ronaldo Caiado, presidente da UDR

mostrar a nossa força para defender o direito de propriedade".

**Hospitais**  
A presença da Associação Brasileira dos Hospitais nessa coligação de produtores rurais também é explicada por Caiado. Segundo ele, os hospitais particulares do país "não suportam mais" a ingerência do governo em suas administrações. O exemplo mais claro disso seria a imposição de um preço para as diárias dos beneficiários da Previdência Social. Caiado diz que isso é uma violência contra o direito de propriedade. "Assim, o problema do direito de propriedade não está mais no campo. Já chegou às cidades", diz.

## CNBB discutirá formas de atuação

Em sua reunião da próxima quinta-feira, a comissão da CNBB vai discutir a divulgação dos trabalhos do Congresso constituinte (inclusive pelo rádio) junto às suas comunidades, a forma de contato com os parlamentares, as propostas que apresentará e sua articulação com outros grupos de pressão. Preparando esse encontro, o padre Virgílio Leite Uchôa promoveu, na quinta-feira à noite, uma reunião preliminar que contou com a presença de representantes do PT e PMDB. No momento, a maior preocupação da CNBB, segundo representantes da entidade, é a democratização do regimento interno, para garantir a participação popular na elaboração da nova Constituição.

Para isso, a CNBB já encampou proposta do Plenário Pró-Participação Popular da Constituinte. O arquiteto Francisco Whitaker Ribeiro, 51, um dos coordenadores desse movimento, passou a semana no Congresso recolhendo a assinatura de parlamentares numa moção pedindo que projetos com mais de trinta mil assinaturas de cidadãos sejam encaminhados automaticamente pelas comissões do Congresso constituinte.

A primeira assinatura obtida foi a do senador Mário Covas (PMDB-SP). Whitaker teve outra vitória: em companhia de Covas e do senador Ronan Tito (PMDB-MG), foi levado até Ulysses Guimarães, na quinta-feira, e entregou-lhe a moção. Era a primeira audiência que Ulysses concedia depois de eleito presidente do Congresso constituinte. A moção será agora transformada em projeto a ser apresentado por Covas para constar do regimento interno. O padre Virgílio diz que a CNBB não tem, até agora, uma estratégia concreta: "Vai depender do ritmo

das coisas. A CNBB quer uma autonomia competente do Congresso constituinte. Os tempos não são mais para se exigir uma Constituição cristã. Estamos na linha da defesa dos direitos de pessoa humana". A Folha apurou, no entanto, que a CNBB planeja promover reuniões informais com os parlamentares "mais sensíveis" às suas teses. Segundo o padre Virgílio, as posições da Igreja já estão definidas no documento "Exigências Cristãs para uma Ordem Constitucional", no qual se defende, entre outras coisas, a reforma agrária, a criação de um defensor do povo, a primazia do trabalho sobre o capital e o direito de representação das minorias.

**Evangélicos**  
Se os católicos tentam uma ação coordenada com outros grupos sociais, os evangélicos procuram tentar uma unidade. Afinal, possuem uma forte bancada dentro do Congresso constituinte: são 33 entre os 559 parlamentares. Essa unidade evangélica, porém, vai ser difícil a curto prazo. Numa primeira reunião, eles se dividiram entre os que queriam um culto religioso e os que defendiam um culto mais político no encontro. Os deputados Fausto Rocha (PFL-SP) e Dado Coimbra (PMDB-RJ) chegaram a advertir os parlamentares de primeiro mandato para que não se envolvessem em "questões controversas", como a reforma agrária, ou partissem para uma violenta pregação anticomunista. Do outro lado do espectro evangélico estão os deputados Lysâneas Macyel (PDT-RJ), presbiteriano, e Benedita da Silva (PT-RJ), defensora da reforma agrária, da Igreja Pentecostal.

## Cresce procura por serviços de assessorias

Não só entidades como a UDR e a CNBB se interessam diretamente pelo debate em torno da futura Constituição. O jornalista Sérgio Tavares, 60, diretor da Assessoria Planejamento e Serviços (APS), diz na sexta-feira que sua empresa — de consultoria parlamentar — foi criada em função do interesse de empresas em acompanhar os trabalhos do Congresso constituinte. Tavares difere dos demais dirigentes de outras organizações semelhantes, que se recusam a divulgar o nome de seus clientes. Segundo ele, o "lobby" é uma coisa legal e não deve ser escondido. Seus clientes a Brown Boveri, a Federação Nacional dos Hotéis e Similares, a Cataguazes-Leopoldina, o Sindicato da Indústria de Óleo, o Sindicato Nacional de Tintas e Vernizes, a Alcan Alumínio, a Companhia Amazonense de Óleos Lubrificantes, a Hatsuta Industrial e a Cargill. A APS tem quinze funcionários trabalhando em tempo integral dentro do Congresso e mais 55 na sede, utilizando computadores para traçar o perfil dos constituintes e os projetos que apresentarão. No ano passado, a empresa tinha apenas seis empregados dentro do Congresso.

Tavares diz que a empresa vai fornecer informações regulares a seus clientes. Até agora, segundo eles, as empresas que o procuraram não manifestaram nenhum interesse específico. "Também, o Congresso constituinte só discutiu até agora o seu regimento interno". Ele não se preocupa com o barulho em torno da questão da soberania do Congresso constituinte: "Não dá ainda para avaliar as tendências. Tem aí uma

turma nova que quer, antes de mais nada, se afirmar. Vamos esperar as propostas concretas para a Constituição aparecerem". Tavares, na verdade, só se queixa do que chama de "picaretas constitucionais". Segundo ele, são pessoas que procuram grandes empresas informando-as de que os constituintes preparam medidas contra o capital e a iniciativa privada, por exemplo. Em troca de seus "serviços" para combater esses planos, pedem grandes quantias em dinheiro. O jornalista diz que, recentemente, foi procurado pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos e por um diretor da Bayer, assustados com informações desse tipo.

Francisco Maia, 36, diretor da Apoio Comunicação, assusta-se quando fala em "lobby". "Lobby é o que fazem os produtores de trigo do Rio Grande do Sul em cima da bancada gaúcha para manterem o subsídio", diz. Segundo ele, o trabalho de sua empresa é fornecer informações sobre o andamento dos trabalhos constituintes às empresas que o contrataram.

Maia não fornece os nomes de seus clientes, mas a Folha apurou que ele assinou contratos com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), os grupos Dedini e Pão de Açúcar, federações de indústrias e até mesmo governos estaduais. Sempre negando que faça "lobby", Maia diz que quem tem essa prática são a APS Consultoria Parlamentar e a Semprel, de propriedade do ex-ministro da Comunicação Social Said Farhat.

Em Brasília, Ruy Nogueira, diretor

da Semprel, disse que só Farhat poderia falar pela empresa. Em São Paulo, o ex-ministro negou que fizesse "lobby", afirmando que presta "somente serviço de assessoria a empresas". Segundo Farhat, o que mais preocupa os empresários na elaboração da futura Constituição são as questões da maior ou menor intervenção do Estado na economia, o papel do capital estrangeiro, a reforma tributária, a estabilidade no emprego, a pesquisa científica e a legislação sobre meio ambiente.

Farhat só confirma que sua empresa dá aconselhamento às empresas sobre as posições que devem assumir e como apresentar suas ideias sobre a futura Constituição. Esse serviço, segundo ele, se dá ao nível da assessoria política (avaliação de fatos políticos), relações governamentais (contatos com autoridades), trabalhos concretos e aconselhamento de comunicação social. O ex-ministro diz ainda que sua empresa é "uma ponte" entre o setor público e o privado, "carregado de incompreensão pela falta de diálogo". A Semprel, segundo Farhat, tem onze funcionários em São Paulo, um no Rio e dez em Brasília.

A empresa prepara agora um perfil dos 559 constituintes, que servirá de avaliação de tendências para as empresas clientes. Farhat diz que 60% dos constituintes são de centro, 20% de esquerda e 20% de direita. O ex-ministro nega-se a dizer quanto custam os serviços da Semprel. "É muito indiscreto perguntar isso. Os preços variam conforme o serviço pedido", diz.

## Líder do governo

### é 'interferência', diz d. Cândido

Do Reportagem Local

O bispo de Bauri (SP) e coordenador da comissão de assessoria à Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para assuntos constitucionais, d. Cândido Padin, 72, disse ontem que o governo federal pode ter líderes na Câmara dos Deputados e no Senado, mas não no Congresso constituinte. Isto representaria, segundo ele, uma interferência indevida do Executivo sobre os trabalhos constituintes.

D. Cândido afirmou às 10h, por telefone, de Brasília, que só haverá uma visão mais clara sobre as tendências dos parlamentares quando as comissões começarem a funcionar. Destacou, porém, que "a soberania do Congresso deve ser defendida a todo custo, porque não se pode admitir que um parlamento, mandado pelo povo para redigir a lei maior, seja limitado inclusive pelos atos de um Congresso anterior, não constituinte. Em sua opinião, "se ocorrer o contrário, teremos uma Constituição sob encomenda".

Quanto à revogação, pelo atual Congresso, do chamado "entulho autoritário", o bispo de Bauri acha que "a prioridade deve ser dada à elaboração da nova Carta", e que alterações nas normas constitucionais em vigor "podem, contudo, ser feitas à luz dos princípios a serem estabelecidos para a futura Constituição".

Ele afirmou também que os constituintes "têm competência" para examinar a duração do mandato do presidente José Sarney, mas que "isto deve ser visto na perspectiva do sistema que vai funcionar com base na nova Carta". D. Cândido informou que, a partir da próxima semana, a comissão da CNBB começará a se reunir com parlamentares, em Brasília, para estudar os princípios da nova Carta.

## Plebiscitos

A comissão quer que as questões mais polêmicas a serem discutidas pelo Congresso constituinte, como a liberalização ou não do aborto, a pena de morte e o regime presidencialista ou parlamentarista deverão ser definidas, em última instância, pelos eleitores, através de plebiscitos. Para a Igreja, somente essa participação popular dará legitimidade às decisões congressuais sobre assuntos considerados, por ela, decisivos nos planos da ordem política, econômica e social.

## Perfil

A comissão avalia que, até por uma questão de sobrevivência política, os parlamentares de todas as tendências irão convergir para a criação de mecanismos, na nova Carta, que ajudem a eliminar os atuais índices de pobreza absoluta no Brasil. Os analistas da Igreja acreditam que haverá consenso, entre os constituintes, no que diz respeito a medidas (que a Igreja considera "urgentes") para reduzir as desigualdades na distribuição da renda nacional e a desproporção entre os salários.

## Sindicatos traçam perfil dos parlamentares

Enquanto o Congresso constituinte discute seu regimento, o Departamento Intersindical de Ação Parlamentar (Diap) levanta a relação dos constituintes que foram eleitos com o apoio da UDR ou são simpáticos às teses da entidade. Até a última sexta-feira havia contabilizado 25, entre eles o senador Irapuan Costa Jr. (PMDB-GO) e os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Alysson Paulinelli (PFL-MG) — coordenadores da frente parlamentar da UDR —, Siqueira Campos (PDC-GO), José Elias Moreira (PTB-MT), um dos fundadores da organização no Estado, Rubem Figueiro (PMDB-MS), José Carlos Martinez (PMDB-PR) e José Egreja (PTB-SP).

Antônio Augusto de Queirós, 26, um dos coordenadores do Diap, diz que a entidade trabalha em três frentes. Um grupo vai preparar pareceres e textos para a futura Constituição. Um segundo grupo ficará encarregado de procurar parlamentares e convencê-los a votar suas propostas. E um grupo de dirigentes sindicais também atuará negociando a aprovação de artigos da futura Constituição.

Queirós diz que a entidade também prepara um perfil dos constituintes e, à semelhança do que aconteceu na votação de emenda Dante de Oliveira, em 1984, vai divulgar o voto de cada parlamentar, em suas bases eleitorais, por meio dos sindicatos da região. Num primeiro levantamento, Queirós diz que o Diap já identificou mais de cem constituintes de todos os partidos comprometidos com as teses sindicais. Entre eles, estão os deputados José Sarney Filho (PMDB-

MA), Raquel Candido (PFL-RO), Eunice Michiles (PFL-AM) e Wilma Maia (PDS-RN). Queirós diz também que o Diap já sabe quem serão os seus maiores adversários: Alysson Paulinelli (PFL-MG), Guilherme Afif Domingos (PL-SP), Delfim Netto (PDS-SP), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e o senador Irapuan Costa Jr. (PMDB-GO). Segundo ele, as principais teses dos sindicatos são a estabilidade no emprego, autonomia sindical, direito de greve, reforma agrária, redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas e a fixação do salário mínimo pelo Congresso Nacional.

## Regimento

O Diap só espera que o Congresso constituinte aprove o seu regimento interno e crie as comissões constitucionais para começar a apresentar suas propostas. Nos dias de grandes votações, o Diap vai coordenar as manifestações sindicais diante do Congresso constituinte. Os resultados das votações, nome a nome, serão enviados a todos os sindicatos.

Atualmente, cinco funcionários da entidade atuam diariamente dentro do Congresso. Quando os trabalhos começarem para valer, serão dez. Queirós diz que o Diap foi criado e é mantido e dirigido pelos sindicatos, que contribuem financeiramente segundo o número de associados. São 305 sindicatos filiados. A CGT, a CNTI, a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNPC) são filiadas ao Diap. A Cut, Contag e Contec (pessoal bancário) estão discutindo sua filiação.

## Câmara

Preocupada com os "lobbies", desde a legislatura passada, a Câmara aceita que entidades representativas de classe sejam registradas em sua Primeira Secretaria, obtendo assim autorização para agir livremente na Casa. O pedido deve ser renovado a cada dois anos. Até a última quinta-feira, apenas a Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga, a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, a Bemfam — Sociedade Civil do Bem Estar Familiar — e o Centro de Pesquisa Integrada e Assistência à Mulher e à Criança haviam requerido seus registros. Na legislatura passada, eram 28 as entidades registradas na Câmara.

ANGELI